

## ANTI-ECOLOGISMO NO CONGRESSO NACIONAL: O MEIO AMBIENTE REPRESENTADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO FEDERAL

ACCIOLY, Inny Bello - [innyaccioly@gmail.com](mailto:innyaccioly@gmail.com)  
SÁNCHEZ, Celso - [celsosanchez@unirio.br](mailto:celsosanchez@unirio.br)  
LAYRARGUES, Philippe Pomier - [philippe.layrargues@gmail.com](mailto:philippe.layrargues@gmail.com)

**Resumo:** A pesquisa em andamento pretende investigar a existência de um "movimento anti-ecológico" no interior do Congresso Nacional, a natureza dos protagonistas e destinatários do movimento, assim como analisar as suas estratégias de ação e o seu impacto negativo. Visto que a Câmara dos Deputados "compõe-se de representantes do povo" e o Senado Federal "compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal", entende-se que este movimento encontra apoio em parcelas significativas da população e que suas estratégias têm obtido resultados. O trabalho foi realizado através do levantamento de dados de financiamento de campanha de parlamentares ligados a Comissões de Meio Ambiente, assim como seus posicionamentos manifestos na mídia. Observamos que nas campanhas eleitorais dos parlamentares estudados, atuaram como financiadoras empresas ligadas ao agronegócio e que respondem a processos ambientais e trabalhistas. Foi também possível constatar a desigualdade de forças entre o grupo "anti-ecológico" e o grupo ambientalista.

**Palavras-chave:** Movimento Anti-Ecológico; Congresso Nacional; Políticas Ambientais

**Abstract:** The ongoing research aims to investigate the existence of a strong "anti-environmental movement" inside the Brazilian Congress, the nature of the protagonists and recipients of the movement, as well as analyze their strategies and the degree of dangerousness of these. Since the House of Representatives "is composed of representatives of the people" and the Senate "is composed of representatives of states and the Federal District" means that this movement finds support in significant portions of the population and that their strategies have obtained results. The study was conducted through a survey of campaign finance data from the related parliamentary members of committees on the environment and their positions manifested in the media. We observed that in the parliamentary election campaigns acted as donors many companies involved in agribusiness and responding to environmental and labor processes. It was also possible to verify the inequality of power between the group "anti-ecological" and the environmental group.

**Keywords:** Anti-Environmental Movement; Brazilian Congress; Environmental Policies

## INTRODUÇÃO:

*O meio ambiente existe para prover o ser humano de suas necessidades básicas de sobrevivência. É dele que tira alimento, remédios, vestuário e outros insumos que lhe garantem saúde, conhecimento, progresso e bem-estar.*<sup>1</sup>

No atual momento de revisão das políticas ambientais brasileiras, torna-se de extrema importância para a Educação Ambiental Crítica a discussão acerca da pluralidade e heterogeneidade de posicionamentos em relação ao debate ambientalista no âmbito das Comissões de Meio Ambiente e temas correlatos no Congresso Nacional.<sup>2</sup> No interior deste embate podemos observar posicionamentos distintos do grupo de setores ambientalistas e grupos ruralistas, identificados com discurso que podemos denominar “anti-ecológico”. (EHRlich,1996; LAYRARGUES, 2010)

A pesquisa em andamento pretende investigar a existência de um “movimento anti-ecológico” no interior do Congresso Nacional, a natureza dos protagonistas e destinatários do movimento, assim como analisar as suas estratégias de ação e o grau de periculosidade destas. Visto que a Câmara dos Deputados “compõe-se de representantes do povo” e o Senado Federal “compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal” (BRASIL, 1988), entende-se que este movimento encontra apoio em parcelas significativas da população e que suas estratégias têm obtido resultados.

Apoiados nos pressupostos de uma Educação Ambiental Crítica (LOUREIRO, 2009), “de inserção lúcida na realidade, na situação histórica” (FREIRE, 2005, p.61), procuramos problematizar o atual contexto político brasileiro onde são elaboradas e votadas leis ambientais, sob uma perspectiva que busca “apreender os aspectos e momentos contraditórios, a coisa como totalidade e unidade de contraditórios” (GADOTTI, 2004, p.113), encorajando o leitor a tecer suas próprias conclusões a partir da análise de conjuntura apresentada.

Uma vez que a ideia de “natureza” engendra posicionamentos distintos e distintas formas de representação, urge ressaltar que o movimento ambientalista atual, apesar das aparências, não pode se caracterizar pela unicidade de atuação e de motivações ideológicas.<sup>3</sup> (LAYRARGUES, 1998)

Ao identificar o movimento “Anti-Ecológico” que vem ganhando espaço no campo da política brasileira, pretendemos desconstruir a falsa noção de que as idéias e práticas da sustentabilidade presentes na sociedade contemporânea se expandem como uma onda contaminando todos os sujeitos sociais indistintamente, sem encontrar resistências e obstáculos. Este debate é particularmente útil no campo da Educação

---

<sup>1</sup> Kátia Abreu, Senadora da República pelo DEM-TO, Vice-Presidente da “Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle” do Senado Federal, Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Artigo publicado no Jornal Correio Braziliense. Disponível em: <<http://canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/o-bom-senso-do-relator>> Acesso em 18 abr. 2011.

<sup>2</sup> Ressaltamos nossa convicção de que a participação social e o exercício pleno da cidadania são práticas indissociáveis da Educação Ambiental e da democracia.

<sup>3</sup> Mészáros nos atenta para a tendência do capital de produzir um Estado de ideologia única: “(...) Os antigos instrumentos para tratar algumas de nossas dificuldades – ainda que fossem limitados, mesmo no passado – estão hoje sistematicamente abalados e destruídos pela força inexorável do Estado, em nome do interesse na perpetuação do domínio do capital, com a ajuda da conformidade ideológica e política duramente imposta.(...) É, portanto, muito importante lutar contra os esforços correntes para impor em toda parte o Estado de ideologia única, não importa o quanto ele pareça ‘racional’ e universalmente louvável” (MÉSZÁROS,2004, p.13e 14)

Ambiental, que tem entre suas visões hegemônicas, a que reproduz uma concepção de sociedade como espaço da harmonia e ausência de conflitos e interesses, com a idéia de que a sociedade como todo, ao passar pelo processo educativo voltado à questão ambiental, naturalmente passará por uma conversão em direção à sustentabilidade, como se a questão tratasse apenas de um processo de conscientização. (LAYRARGUES, 2010)

## **AMBIENTALISMO PRAGMÁTICO E O AGRONEGÓCIO:**

O debate ambientalista é essencialmente político e expressa a multiplicidade dos interesses e demandas dos atores envolvidos (LOUREIRO, 2009; LEFF, 2009). Entre os chamados ambientalistas podemos identificar diferentes visões de natureza e projetos societários. Loureiro (2009) nos aponta um bloco que vem se apresentando como hegemônico neste campo, o pragmatismo ambiental, que:

caracterizou-se pelo pressuposto teórico e ideológico de que os problemas estão dados e são objetivos e que a gravidade da situação exige atitudes práticas efetivas e exitosas em curtíssimo prazo pela ação conjunta de disciplinas científicas definidas como essenciais à resolução das questões. Aqui nem todas as ciências são vistas como fundamentais, mas apenas aquelas que podem oferecer respostas rápidas, eficientes e eficazes no curto prazo para os problemas que já estão identificados. (LOUREIRO, 2009, p.40).

Este mesmo bloco concentra-se em realizar ações pontuais para cobrir determinadas demandas, usando a ciência e os cientistas para “validarem” suas ações. Não se preocupam em rever os paradigmas ético-científicos, pois acreditam que a ciência, da forma como é atualmente conformada, é capaz de solucionar os possíveis problemas ambientais vindouros, assim como suas conseqüências no campo social.

Transportando este bloco de pensamento para o Poder Legislativo da República Federativa do Brasil, puderam ser observados parlamentares – e, em conseqüência, projetos de leis<sup>4</sup> - que expressam este pensamento, além de uma falsa crença na ciência como sendo isenta de ideologias e veículo de uma racionalidade pura (MÉSZÁROS, 2004). Observam-se semelhanças discursivas entre grupos do “ambientalismo” pragmático e grupos de ruralistas – identificados com o agronegócio.

Como nos afirma Mendonça (2010), o agronegócio não se restringe aos proprietários rurais, tendo a agricultura atual - referindo-a a todo um processo de rápida tecnificação - se tornado avalista de um complexo sistema externo a ela e que a subordina aos interesses do grande capital industrial e financeiro.

É fundamental sinalizar que a noção de agronegócio organizaria e instrumentalizaria a imbricação de todas as atividades econômicas direta ou indiretamente vinculadas à agricultura - resignificada como mera “especialização em plantar e criar” -, construindo-se um poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aniquilado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política. (MENDONÇA, 2010, p.219)

Ainda segundo a autora, alguns setores do patronato rural, especialmente os ligados a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), desde os anos 1970, avançam em novas frentes para ampliação de seus espaços e sua influência política: a ecologia, o

---

<sup>4</sup> Aqui dirigimos uma crítica ao parecer do Deputado Aldo Rebelo ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados, que altera o Código Florestal Brasileiro.

ensino e a imbricação ao Estado em sua dimensão regional. Desta forma, a SNA passa a “advogar para si o papel de ‘pioneira’ e ‘legítima’ representante da ‘causa ambiental’.” (MENDONÇA, 2010, p.96).<sup>5</sup>

Em entrevista concedida à “TV Câmara” (06/04/2011) sobre as divergências no debate sobre as alterações do Código Florestal brasileiro (Projeto de Lei nº 1876/99), o deputado Reinhold Stephanes afirma:

A discussão vira muito ideológica, vira muito politizada ao invés de ser uma discussão que traga racionalidade para aqueles pontos que precisam ser efetivamente conciliados. (informação verbal)<sup>6</sup> (STEPHANES, Reinhold)

A partir desta afirmação, pontuamos as diferenças existentes entre dois tipos de racionalidades aqui consideradas, a econômica e a ecológica: “Enquanto a racionalidade econômica aponta que estamos vivenciando apenas uma crise ambiental, a racionalidade ecológica a define como uma crise muito mais abrangente, pois seria civilizacional.” (LAYRARGUES, 1998, p.35)

Desta forma, um pensamento estritamente econômico sobreporia os imperativos econômicos aos ambientais - por estes serem considerados como uma simples variável de mercado -, além de desconsiderar os atores sociais envolvidos. A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em seu portal na internet, afirma: “agronegócio é sustentabilidade”.

Em 2008, na comemoração de seu 15º aniversário, a ABAG abraçou com mais afinco o conceito do desenvolvimento sustentável. Juntamente com outras entidades do setor, montou o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES).<sup>7</sup>

O Instituto ARES disponibiliza na internet um glossário socioambiental, com o intuito de “homogeneizar e divulgar” este importante tema, pois “percebemos que há muita confusão e diferentes interpretações de termos utilizados nas ciências socioambientais.” A definição de sustentabilidade para o glossário expressa-se como sendo

Qualidade, característica ou requisito do que é sustentável. Num processo ou num sistema, a sustentabilidade pressupõe o equilíbrio entre ‘entradas’ e ‘saídas’, de modo que uma dada realidade possa manter-se continuamente com suas características essenciais. Na abordagem ambiental, a sustentabilidade é um requisito para que os ecossistemas permaneçam iguais a si mesmos, assim como os recursos podem ser utilizados somente com reposição e/ou substituição, evitando-se a sua depleção, de maneira a manter o equilíbrio ecológico, uma relação adequada entre recursos e produção, e entre produção e consumo.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> O envolvimento da SNA com a questão ambiental assegurou-lhe, nesta época, um espaço politicamente “neutro”. “O apogeu da participação da SNA na questão preservacionista foi marcada pela convocação, em 1991, do Painel sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, destinado a organizar, sob sua direção, os grupos ambientalistas que atuariam na Eco-92, como ficou conhecida a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992.”(MENDONÇA, 2010, p.98)

<sup>6</sup> Reinhold Stephanes, economista e deputado federal pelo PMDB/PR. Foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É membro da Frente Parlamentar Ambientalista e membro do GT sobre o Código Florestal. Entrevista completa disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/tv/materias/BRASIL-EM-DEBATE/195375-DEP.-REINHOLD-STEPHANES-%28PMDB-PR%29-E-DEP.-MARCIO-MACEDO-%28PT-SE%29:-CODIGO-FLORESTAL.html>> Acesso em 18 abr. 2011.

<sup>7</sup> <http://www.abag.com.br/>

<sup>8</sup> <http://www.institutoares.org.br/glossario.asp>

A definição acima - elaborada por setores do agronegócio - expressa uma visão pragmática do meio ambiente, que aparece claramente a serviço do mercado. Desta forma, um artigo publicado no Jornal “O Estado de São Paulo”, divulgado através do portal do Instituto ARES em 21 de março de 2011, informa que o “Governo planeja duplicar área de florestas plantadas no País em 10 anos” para transformar o país em uma “potência florestal” através da participação dos produtos de origem florestal no mercado internacional - papel, painéis de madeira e resíduos para a produção de energia.<sup>9</sup>

A questão colocada por Leff (2009) como um projeto alternativo de sustentabilidade aponta a necessidade de descentralização da economia e desconcentração do poder para efetivar processos de democratização ambiental centrado na organização e autogestão da sociedade. Mészáros (2004) aponta que o controle sociometabólico de indivíduos livremente combinados torna possível a sustentabilidade de uma nova ordem produtiva, pois “*sustentabilidade equivale ao controle consciente do processo de reprodução sociometabólica pelos produtores livremente associados (o que, evidentemente, é o único meio viável de autocontrole).*” (MÉSZÁROS, 2004, p.44, grifos do autor)

O embate entre estas duas concepções de sustentabilidade traz à tona dois projetos societários opostos: um busca que “uma dada realidade possa manter-se continuamente com suas características essenciais” e o outro busca uma nova ordem produtiva, com a desconcentração do poder para uma verdadeira democratização na gestão dos recursos naturais.

As estratégias do “anti-ecologismo” acabam por surgir quando, neste embate, em nome de um suposto “consenso” (MÉSZÁROS, 2004) um projeto societário procura anular e desqualificar o outro.

## **ANTI-ECOLOGISMO:**

Através da observação de casos que ocorrem no momento em que as operações da sustentabilidade comprometem a continuidade de interesses ecologicamente incorretos (LAYRARGUES, 2010), foi constatada a existência de um “movimento anti-ecológico” inserido em aparelhos do Estado e com fortes influências políticas.

Sendo o movimento ambientalista de caráter difuso e multisetorial, verificou-se que, apesar de manterem uma prática anti-ecológica, alguns grupos facilmente conseguem se “vestir de verde” para conseguirem benefícios e manter o discurso sintonizado com o meio ambiente.

Movidos por interesses privados, estes grupos ou indivíduos<sup>10</sup> utilizam como estratégias: a desinformação; a distorção de descobertas científicas<sup>11</sup>; a má interpretação de dados - “para construir uma certa visão do mundo e sustentar uma agenda política” (EHLICH, 1996, p.11, tradução nossa); se auto-intitulam promotores do desenvolvimento, geradores de emprego, divisas e produtos (LAYRARGUES, 1998,

---

<sup>9</sup> Artigo de autoria de Marta Salomon. Disponível em [http://www.institutoares.org.br/fpd\\_informa\\_nota.asp?cod=1191&q=1GV2RQM34P&top=TOP%2010](http://www.institutoares.org.br/fpd_informa_nota.asp?cod=1191&q=1GV2RQM34P&top=TOP%2010) Acesso em 21 abr. 2011.

<sup>10</sup> Compõem o que Paul Ehrlich denomina de ‘brownlash’, “because they help to fuel a backlash against ‘green’ policies”. (EHLICH, 1996, tradução nossa)

<sup>11</sup> “Com o potencial de ameaça das forças produtivas, a margem de manobra para a pesquisa científica torna-se cada vez mais estreita”. (BECK, 2010, p.65)

p.79); se organizam para exercer pressão a favor da flexibilização da legislação ambiental e do desmonte do aparato público administrativo para a gestão ambiental, assim como a redução de verbas públicas para a fiscalização; adotam a política do “fato consumado” para a aprovação de leis a seu favor; atacam movimentos ambientalistas, desqualificando-os pretensamente em prol da “soberania nacional” e do “interesse social relevante”, gerando confusão e confundindo a opinião pública, deliberadamente.

Ainda segundo Ehrlich (1996), por meio da massificação, uma enxurrada de sentimentos “anti-ecológicos” ganharam aura de credibilidade, trabalhando para disseminar o descontentamento entre aqueles que de alguma forma se sentem prejudicados por regulamentações ambientais. Vinculados a “lobbies” industriais, a parlamentares e a meios de comunicação, este grupo é capaz de aprovar qualquer alteração legislativa. (EHRlich, *op. Cit.*)

## **METODOLOGIA:**

Considerando que, de acordo a Constituição Brasileira, compete às comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal: “discutir e votar projetos de lei; realizar audiências públicas; receber petições e reclamações; e emitir pareceres sobre a matéria de sua competência”, buscamos analisar a composição das Comissões de Meio Ambiente e temas correlatos do Congresso Nacional, visando observar quais setores da sociedade estão sendo atendidos e beneficiados por estas comissões.

Foram levantados dados de financiamento de campanha eleitoral dos parlamentares membros da mesa diretiva da “Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” da Câmara dos Deputados, da “Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle” do Senado Federal em exercício no período compreendido entre 2010 e 2011, disponíveis na internet a partir da lei 11.300/06 <sup>12</sup>. Também foram levantados dados de parlamentares que compõem o Grupo de Trabalho sobre o Código Florestal - que “promove a câmara conciliatória destinada a viabilizar a votação do projeto de lei nº 1876, de 1999” – intencionando compreender alguns dos embates ocorridos no interior do Congresso Nacional e considerando ser este um dos assuntos mais polêmicos em votação no período.

Tratando-se de compreender uma tomada de posição política, programa, intervenção, discurso eleitoral, etc., é, pelo menos, tão importante conhecer o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo como conhecer as pressões dos laicos de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários declarados (a ‘base’). (BOURDIEU, 2010, p.172)

A partir dos dados, identificamos empresas e setores empresariais atuantes em diversos ramos de atividade e que investem fortemente na campanha de parlamentares “ligados ao meio ambiente”: agropecuária, engenharia, celulose, fertilizantes, química farmacêutica, bebidas, mineração, bancos, seguros, petróleo, madeiras, armas, usinas açucareiras e outros. Também foi observado que empresas realizaram doações a mais de um candidato.

Foi observado que algumas empresas financiadoras de campanha apresentam histórico de processos judiciais por descumprimento de legislação ambiental e trabalhista.

---

<sup>12</sup> Os dados coletados são oficialmente divulgados pelo TSE no endereço <<http://www.tse.gov.br/>>.

Também foram analisados pronunciamentos de parlamentares ligados às Comissões de Meio Ambiente e ao GT do Código Florestal, coletados no portal da Câmara dos Deputados<sup>13</sup> e no portal “Canal do Produtor”<sup>14</sup>, produzido pela Senadora Kátia Abreu e apoiado pela CNA.

## CONSIDERAÇÕES:

Ao longo da pesquisa, através dos dados de campanhas eleitorais, foi observada a forte relação entre empresas ligadas ao agronegócio e parlamentares das Comissões de Meio Ambiente do Congresso Nacional.

Considerando que o agronegócio não se restringe às propriedades rurais, mas engloba um grande segmento que atua “antes da porteira da fazenda” - realizando pesquisas e experimentações para garantir maior eficiência produtiva (sementes “melhoradas”, corretivos, fertilizantes, vacinas, rações, medicamentos, tratores), assim como mecanismos especializados de crédito rural e ações de marketing no campo - e “depois da porteira da fazenda” - armazenamento, transporte, processamento, embalagens, industrialização e distribuição – (MENDONÇA, 2010, p.218-219), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) reúne entre suas associadas<sup>15</sup> um grande número de empresas públicas e privadas, incluindo empresas financiadoras da campanha eleitoral dos parlamentares estudados, objetivando “promover ações articuladas entre os diferentes elos das cadeias produtivas, com a preocupação de evitar divergências com as demais entidades ligadas ao complexo industrial brasileiro, por meio de ações conjuntas e sinérgicas”.<sup>16</sup>

Esta mesma associação, em conjunto com outras entidades do setor rural – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das cooperativas brasileiras (OCB) e outras – lançaram na internet o vídeo “Em defesa da produção de alimentos”<sup>17</sup> expondo seus interesses na aprovação das alterações no Código Florestal Brasileiro. Neste vídeo, afirmam que a agricultura nacional é motivo de orgulho para os brasileiros, que as alterações propostas ao Código Florestal tirarão da ilegalidade 90% da produção de alimentos do país e que possibilitará ao brasileiro continuar pagando barato por alimentos de qualidade. Também classificam como adversários do Brasil aqueles que se opõem a estas alterações na legislação ambiental e afirmam que “é exatamente o que querem os nossos concorrentes, que o Brasil diminua a área de produção, onde colhemos o melhor e mais barato alimento do mundo”.

No interior do discurso dos parlamentares estudados, observamos várias estratégias do anti-ecologismo (LAYRARGUES, 2010):

- De forma confusa e contraditória, se auto-proclamam defensores do meio ambiente - “No Brasil, a mão que produz é a mesma que preserva.” (Senadora Kátia Abreu, através do portal “Canal do Produtor”) – afirmando, ao mesmo

<sup>13</sup> <http://www.camara.gov.br>

<sup>14</sup> <http://www.canaldoprodutor.com.br/codigoflorestal>

<sup>15</sup> Encontram-se associadas: Banco do Brasil S.A.; Banco Itaú BBA S/A; Banco Santander S.A.; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Globo Comunicação e Participações S.A.; Vale S/A (FCA - Ferrovia Centro Atlântica) e outras. Disponível em < <http://www.abag.com.br/>> Acesso em 20 abr. 2011.

<sup>16</sup> <http://www.abag.com.br/>

<sup>17</sup> Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=HCBDyTszGXQ&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=HCBDyTszGXQ&feature=player_embedded).

tempo, que “a exigência da ‘reserva legal’ é contrária ao interesse do País” (Kátia Abreu, em artigo publicado no Jornal O Estado de São Paulo, 30/11/2010)<sup>18</sup>.

- Atacam ambientalistas, alegando que estes são ligados às organizações internacionais “ditas ambientalistas” que teriam interesses em reduzir o potencial competitivo da produção nacional

Malthus foi derrotado, mas sua ideologia sobre a divisão da riqueza permaneceu de pé, e a ideia de que “não há lugar para os pobres no banquete da natureza” é a matriz, o núcleo duro, que orienta todos os movimentos que de algum modo procuram restringir o crescimento econômico e populacional em nome dos limites do planeta. Assim como para Malthus, nos primórdios do capitalismo a questão era garantir a abundância dos ricos, que poderia ser posta em risco pelo crescimento populacional, todos os movimentos posteriores, que tentam de algum modo impor limites ao crescimento mundial, particularmente dos países pobres, partilham do mesmo princípio. (REBELO, 2010)

- Alegam ser um fato consumado que 90% da produção agrícola nacional encontram-se na ilegalidade e por isso uma nova lei deveria ser aprovada para reverter este quadro.
- Alegam, em seus pronunciamentos na mídia, ter como objetivo defender a agricultura familiar – “tenho toda a boa vontade de fazer acordo com o governo e com o meio ambiente, só não faço acordo para sacrificar os pequenos agricultores” (deputado Aldo Rebelo em entrevista à “TV Câmara”, em 20/04/2011)<sup>19</sup> - quando na verdade não obtém apoio dos sindicatos e organizações representativas da agricultura familiar.<sup>20</sup>

Apesar de diversos argumentos científicos contrários à proposta de alteração do Código Florestal<sup>21</sup>, este movimento anti-ecológico de parlamentares intensifica seus ataques e estratégias para assegurar sua hegemonia e pressionar a votação da proposta no plenário da Câmara dos Deputados, onde exercem influência sobre a maioria.

Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm monopólio e que precisam de perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus

---

<sup>18</sup> Disponível em < <http://canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/o-codigo-florestal-precisa-ser-revisto>>. Acesso em 23 abr. 2011.

<sup>19</sup> Disponível em <http://www2.camara.gov.br/tv/materias/CAMARA-HOJE/195942-RELATOR-EXPLICA-AS-CHANCES-DE-ACORDO-PARA-VOTAR-NOVO-CODIGO-FLORESTAL.html>. Acesso em 23 abr. 2011.

<sup>20</sup> A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), junto com outras entidades de pequenos agricultores, mantém posição contrária às alterações do Código Florestal propostas pelo Deputado Aldo Rebelo. Ver carta-manifesto disponível em < <http://www.fetra.org.br/site/noticia.php?not=not01&&id=4>> Acesso em 23 abr. 2011.

<sup>21</sup> Destacamos os estudos de BRANCALION e RODRIGUES; MARTINELLI, JOLY, NOBRE e SPAROVEK; TUNDISI e TUNDISI; GALETTI, PARDINI, DUARTE, SILVA, ROSSI e PERES; TOLEDO, CARVALHO-E-SILVA, SÁNCHEZ, ALMEIDA e HADDAD; além das “Contribuições da Academia Brasileira de Ciência (ABC) e da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) para o debate sobre o Código Florestal”, documento disponível em < [http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/arquivo\\_294.pdf](http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/arquivo_294.pdf)>

investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. (BOURDIEU, 2010, p.173)

A Educação Ambiental Crítica surge de forma a contestar alguns dos paradigmas vigentes, comprometendo-se com a transformação societária (LOUREIRO, 2009). Desta forma, deve trabalhar para a redução das desigualdades e desconcentração dos poderes de decisão, retirando o capital político (BOURDIEU, 2010) das mãos de um pequeno grupo que “é tanto menos contrariado quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo o tempo livre e o capital cultural”. (BOURDIEU, 2010, p.164)

Sendo assim, diversos grupos – que sustentam graus de heterogeneidade entre si – adotam, de formas mais ou menos articuladas, diversas estratégias de “anti-ecologismo”, na tentativa de perpetuar os seus poderes sobre os “Poderes Públicos” (as administrações do Estado).

Desta forma, desde 2001, empresas do agronegócio investem em campanhas de fortalecimento de sua imagem. No momento em que a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro se encontra em debate no Senado, após ter sido aprovada na Câmara – aprovação conflituosa, apesar de votação expressiva -, este setor decide mais uma vez investir de forma organizada criando o “Movimento Sou Agro” e convocando a população à adesão<sup>22</sup>. A campanha publicitária deste movimento atua nas seguintes frentes: Culinária, Cultura e Variedades, Estrelas do Campo, Eventos, Moda, Trabalho e Educação.

O investimento publicitário no campo da Educação é uma estratégia recorrente do setor do agronegócio. O projeto “Agora”, por exemplo:

“... reúne mais de 20 associações e empresas do setor sucroenergético na geração de conhecimento, na disseminação de impactos sociais e ambientais positivos e, fundamentalmente, na disponibilização e ampliação de esclarecimentos para a conscientização da opinião pública sobre as questões da indústria da cana-de-açúcar e da sustentabilidade.”<sup>23</sup>

Assim, promovem ações dirigidas ao mercado interno e vem desenvolvendo atividades direcionadas aos públicos de relacionamento de maior interesse: “formuladores de políticas públicas, consumidores, opinião pública, **estudantes do ensino fundamental e jornalistas**”.

A ofensiva do agronegócio no campo da Educação mostra-se focada prioritariamente na Educação Pública. Como exemplos, destacamos:

- **Estudo Municípios Canavieiros 2011<sup>24</sup>**: Iniciativa do Projeto AGORA, entidade que reúne várias empresas e instituições do setor sucroenergético, em parceria com dezenas de Secretarias de Educação e produção da Editora Horizonte. Serão atendidas mais de 1.600 escolas, nos estados de Alagoas, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco. Destina-se às escolas públicas de 6º e 7º anos (antigas 5ª e 6ª séries) do Ensino Fundamental nos 100 principais municípios canavieiros do Brasil.

<sup>22</sup> Disponível em < <http://souagro.com.br/sou-agro/movimento>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

<sup>23</sup> Disponível em [www.projetoagora.com.br](http://www.projetoagora.com.br). Acesso em 22 de julho de 2011.

<sup>24</sup> Disponível em <http://www.municipios-canavieiros.com.br/default.asp>. Acesso em 22 de julho de 2011.

- **Programa Educacional “Agronegócio na Escola”** <sup>25</sup>: “Um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação, por isto a ABAG/RP criou o ‘Agronegócio na Escola’. O Programa amplia a consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região, a necessidade da conservação ambiental, os valores de cidadania e a consequente melhoria na qualidade de vida.” De 2001 a 2008 o Programa foi Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e implantado em escolas pertencentes a 10 Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. Foi destinado aos estudantes da primeira série do ensino médio. Em 2009 a ABAG/RP firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação. Em 2010, foram 14 municípios participantes, com 66 escolas e 11.900 alunos. Desde 2001, mais de 110 mil alunos já foram “beneficiados” pelo Programa Educacional “Agronegócio na Escola”.

Entendemos a educação ambiental crítica como aquela que aponta para a politização da temática ambiental, que a entende em sua conflituosidade onde se digladiam discursos mantenedores e revisores dos *status quo* sociais. Lembrando Reigota (1995), com a polissemia inerente ao meio ambiente e suas diferentes representações, pode-se concluir a existência e a convivência de várias “educações ambientais” variando de discurso de acordo com as diferentes representações de meio ambiente. Por isso, é fundamental situar a educação ambiental crítica diante das diferentes inserções da temática ambiental no cenário político, afim de que esta não seja assimilada pelos segmentos conservadores ligados ao agronegócio.

Através do trabalho, ainda em andamento, pudemos constatar, no interior do Congresso Nacional, a desigualdade de forças entre o grupo “anti-ecológico” – muitas vezes disfarçado de ambientalista e de “defensores da natureza” – e o grupo ambientalista. Também encontramos dificuldades em definir os integrantes, as características e extensão do grupo ambientalista no Congresso, por este ser composto por uma pequena minoria sem voz nos canais de comunicação escolhidos para a pesquisa. Nos próximos passos da pesquisa buscaremos melhor identificar o grupo de Ambientalistas no Congresso Nacional e realizar um mapeamento de suas estratégias de ação, assim como aprofundar o debate sobre a arena democrática brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECK, Ulrich. *A sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

BRANCALION, Pedro Henrique Santin; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. *Implicações do cumprimento do Código Florestal vigente na redução de áreas agrícolas: um estudo de caso da produção canavieira no Estado de São Paulo*. Biota Neotropica. Campinas, vol.10, 2010.

---

<sup>25</sup> Disponível em < <http://www.abagrp.org.br/programaAgronegocioPrograma.php>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

EHRLICH, Paul R. *Betrayal of science and reason: How anti-environmental rhetoric threatens our future*. Washington: Island Press, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GALETTI, M.; PARDINI, R.; DUARTE, J.; SILVA, V.; ROSSI, A.; PERES, C. *Mudanças no Código Florestal e seu impacto na ecologia e diversidade dos mamíferos no Brasil*. *Biota Neotropica*. Campinas, vol.10, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

\_\_\_\_\_. *Quando os ecologistas incomodam: Uma caracterização preliminar do anti-ecologismo*. Artigo apresentado à Anppas em outubro de 2010.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINELLI, L.; JOLY, C.; NOBRE, C.; SPAROVEK, G. *A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária*. *Biota Neotropica*. Campinas, vol.10, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

REBELO, Aldo. *Parecer do relator ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados*. Brasília, Sala das Sessões, 8 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/777725.pdf> > Acesso em 18 abr. 2011.

REIGOTA, M. *Meio Ambiente e representação social*. São Paulo, Ed. Cortez, 1995.

TUNIDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. *Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos*. *Biota Neotropica*. Campinas, vol.10, 2010.

TOLEDO, L.; CARVALHO-E-SILVA, S.; SÁNCHEZ, C.; ALMEIDA, M.; HADDAD, C. *A revisão do Código Florestal Brasileiro: impactos negativos para a conservação dos anfíbios*. *Biota Neotropica*. Campinas, vol. 10, 2010.